

Sistematizando Práticas para Administrar 2

Grayce Kelly Bianconi
João Dallamuta
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Sistematizando Práticas para Administrar 2

Grayce Kelly Bianconi
João Dallamuta
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S622 Sistematizando práticas para administrar 2 [recurso eletrônico] /
 Organizadores Grayce Kelly Bianconi, João Dallamuta. – Ponta
 Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-981-3

DOI 10.22533/at.ed.813201002

1. Administração. 2. Gestão organizacional. I. Bianconi, Grayce
Kelly. II. Dallamuta, João.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra é composta por pesquisas realizadas por professores e alunos na área de gestão, todas elas selecionadas e ordenadas pelas suas contribuições genuínas e relevantes dentro dos temas propostos.

Os desafios da gestão em nossos dias estão sobretudo relacionados ao enorme dinamismo e incertezas do ambiente de negócios, e suas rápidas e profundas transformações tecnológicas, culturais, sociais e econômicas.

A visão ampla do gestor, além dos temas diretamente associados a seus negócios é fundamental para a sobrevivência neste ambiente mutante. Esperamos que a leitura dos trabalhos selecionados nesta obra gere reflexões e novas ideias nos leitores, razão de ser de nosso trabalho.

Os organizadores gostariam de agradecer aos autores e editores pelo espírito de parceria e confiança.

Boa leitura

Grayce Kelly Bianconi
João Dallamuta

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
HOW EFFICIENT ARE THE BRAZILIAN ELECTRICITY DISTRIBUTION COMPANIES?	
Sandra de Sousa Xavier José Wanderley Marangon Lima Luana Medeiros Marangon Lima Ana Lúcia Miranda Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.8132010021	
CAPÍTULO 2	21
CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VERDE	
Ingrid Zanuto de Freitas Solange Maria Debastiani Belquis Oliveira Meireles	
DOI 10.22533/at.ed.8132010022	
CAPÍTULO 3	32
ARTE SUSTENTÁVEL EM GARRAFAS DE VIDRO DESCARTADAS	
Fernanda dos Santos Isa Ricardo Ribeiro Alves Ana Júlia Teixeira Senna Sarmento Barata Felipe Elsemann Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.8132010023	
CAPÍTULO 4	45
A TECNOLOGIA SOCIAL E SEU PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Daniel Teotonio do Nascimento Elcio Gustavo Benini Edi Augusto Benini Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.8132010024	
CAPÍTULO 5	66
USO DA PREVISÃO DE DEMANDA PARA UM SETOR DE ATENDIMENTO DE UM HOSPITAL	
Paulo André de Oliveira Sergio Augusto Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8132010025	
CAPÍTULO 6	73
ANÁLISE ESTATÍSTICA DE DADOS E PREVISÃO DE DEMANDA DE REFRESCO EM PÓ SABOR LARANJA	
Jessica Tan Flavia Sayuri Miura Carla Adriana Pizarro Schmidt José Airton Azevedo Dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8132010026	

CAPÍTULO 7	80
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O SUCESSO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
Cássia Emidio Maciel Andréa Cristina Trierweiller Helio Aisenberg Ferenhof	
DOI 10.22533/at.ed.8132010027	
CAPÍTULO 8	102
INVESTIMENTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU – PARANÁ	
Roberto Rivelino Martins Ribeiro Paulo Sérgio de Moraes Possani Kerla Mattiello Iasmini Magnés Turci Borges	
DOI 10.22533/at.ed.8132010028	
CAPÍTULO 9	123
DETERMINANTES DAS REUNIÕES ASSOCIATIVAS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINEL	
Pedro Miguel Fonseca Moreira de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.8132010029	
CAPÍTULO 10	144
DETERMINANTES DO DISCLOSURE AMBIENTAL	
Rafael Crisóstomo Alves Luiz Roberto Calado	
DOI 10.22533/at.ed.81320100210	
CAPÍTULO 11	159
ECOSSISTEMA ALAGOANO DE STARTUPS: UM ESTUDO RADIOGRÁFICO	
Ramon Cardeal Silva Josealdo Tonholo João Inácio Soletti Leandro Melo de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.81320100211	
CAPÍTULO 12	187
EMPREENDEDORISMO COLETIVO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM ENSAIO TEÓRICO	
Laura Junqueira Vargas Raphael de Moraes Lidiane da Silva Dias	
DOI 10.22533/at.ed.81320100212	
CAPÍTULO 13	200
A GESTÃO DE EMPRESAS JUNIORES DE CURSOS DISTINTOS DENTRO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: UM INDICADOR DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS	
Leyla Bianca dos Santos Silva Laura Marina Valencia Niño	

Denise Carvalho Takenaka
Ariele da Silva Moreira
Nilson Sales dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.81320100213

CAPÍTULO 14 215

CONSTRUINDO PONTES ENTRE O EMPREENDEDORISMO COLETIVO E OS
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Laura Junqueira Vargas
Raphael de Moraes
Lidiane da Silva Dias

DOI 10.22533/at.ed.81320100214

CAPÍTULO 15 229

ESTRATÉGIAS DE VENDAS EM NEGÓCIOS INFORMAIS E MICRO
EMPREENDIMENTOS

Ana Maria Maia Bezerra
Shirley Roque de Souza
Yslem Thaís Monteiro Valentim
Fabiana Viegas Brandão Lima

DOI 10.22533/at.ed.81320100215

CAPÍTULO 16 247

VIABILIDADE DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O CONTROLE DE
ESTOQUE: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA TENDA DO SENHOR EM SÃO
BENTO/PB

Edicleyson Medeiros de Souza
Leandro Aparecido da Silva
Pablo Phorlan Pereira de Araújo
Salmo Batista de Araújo
Nataly Inêz Fernandes dos Santos
Sonia Azevedo de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.81320100216

CAPÍTULO 17 268

DIVULGAÇÃO DAS PROVISÕES SEGUNDO O CPC 25: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA EMPRESA DE PAPEL/CELULOSE

Arlos Eleodoro Seixas Risdén Junior
Jéssica Karine de Oliveira Gomes
Jhessica Tamara Kremer
Aláudio Zanchet

DOI 10.22533/at.ed.81320100217

CAPÍTULO 18 387

COMPARATIVO DE CUSTOS E EFICIÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS EPS E
CONVENCIONAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DF: ESTUDO DE CASO DA
EMPRESA “A CONSTRUTORA”

Jonathan Pereira da Silva
Daniela de Souza Santos
Elisa Ribeiro dos Santos Siqueira
Glória Maria de Sousa
Meirivan Pereira Leite

Alessandro Aveni

DOI 10.22533/at.ed.81320100218

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	301
ÍNDICE REMISSIVO	302

EMPREENDEDORISMO COLETIVO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM ENSAIO TEÓRICO

Data de aceite: 20/01/2020

Data de Submissão: 11/11/2019

Laura Junqueira Vargas

Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia.

Lavras – Minas Gerais

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6728792107725962>

Raphael de Morais

Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia.

Lavras – Minas Gerais

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2308872302689497>

Lidiane da Silva Dias

Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia.

Lavras – Minas Gerais

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5047839703563910>

RESUMO: O presente ensaio tem o objetivo de compreender os conceitos de Empreendedorismo Coletivo e Arranjos Produtivos Locais (APLs), bem como a relação que pode ser estabelecida entre eles. Os APLs podem ser vistos como aglomerações de empreendimentos compreendidos em um mesmo território, e que mantém vínculos

de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais. Da mesma forma, o empreendedorismo coletivo ocorre quando há uma ação conjunta, num processo de cooperação e troca entre os envolvidos. Sendo assim, pode-se dizer que o ambiente de um APL é um facilitador da ocorrência desta forma de empreendedorismo, o que contribui não apenas para o desenvolvimento das empresas que integram o arranjo, a partir de uma maior sinergia, aumento da produtividade e troca de conhecimento, como para o desenvolvimento do território como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo Coletivo. Arranjo Produtivo Local. Cooperação. Ensaio Teórico.

COLLECTIVE ENTREPRENEURSHIP AND LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS: A THEORETICAL ESSAY

ABSTRACT: This theoretical essay aims to understand the concepts of Collective Entrepreneurship and Local Productive Arrangements (APLs), as well as the relationship that can be established between them. APLs can be seen as enterprise agglomerations within a common territory and that maintain bonds of articulation, interaction, cooperation and learning among themselves and other

local actors. In the same way, collective entrepreneurship occurs when there is joint action, in a process of cooperation and exchange between the ones involved. Thus, the environment of an APL can be seen as an enabler of the occurrence of this kind of entrepreneurship, which contributes not only to the development of the companies that are part of the arrangement, from a greater synergy, increased productivity and knowledge exchange, as well as for the development of the territory as a whole.

KEYWORDS: Collective Entrepreneurship. Local Productive Arrangement. Cooperation. Theoretical Essay.

1 | INTRODUÇÃO

Ao final da Segunda Guerra Mundial, principalmente após a reconstrução dos países beligerantes, uma interpretação da evolução sócio-econômica de muitas regiões ganhou espaço no debate acadêmico, durante os anos 60 e 70 – o espaço territorial adquiriu grande relevância na interpretação das oportunidades de algumas regiões e países e de suas articulações com este progresso.

As formas de organização, que até então, eram dominadas por grandes empresas, produzindo grandes quantidades de produtos de massa, passaram a conviver com grandes concentrações de pequenas empresas que, trabalhando em conjunto de forma cooperativa e bem coordenada, orientadas por objetivos gerais que envolviam a vontade de crescer e desenvolver em conjunto revelava um sistema organizacional altamente diversificado envolvendo tanto empresas de elevada integração vertical, quanto algumas formas de constituição até então desconhecidas por envolverem redes de subcontratação que reuniam grandes empresas e o conjunto dos habitantes de determinado local.

A história desta evolução organizacional de que emergiu o conceito geral de “sistemas de produção localizados”, ou “sistemas produtivos locais” surge das investigações de juventude de Alfred Marshall (WHITAKER, 1975), talvez o pioneiro no tratamento deste tema. Marshall observou ao redor das grandes cidades industriais da Inglaterra, um conjunto de aglomerações de pequenos produtores que trabalhavam integrados com as grandes empresas, cujas características ele denominou por “centers of specialized skills” e, mais adiante passaram a ser chamados por “distritos industriais marshallianos”, neste momento, eles já envolviam a expansão das atividades industriais para outras localidades.

A partir destes trabalhos iniciais emergiu uma significativa diversidade de novas interpretações. Vários teóricos, sobretudo de economia, sociologia, e de gestão de empresas debruçaram sobre esta temática e produziram diferentes conceitos tentando retratar as principais características de cada uma destas formas organizacionais de que derivaram conceitos como os de clusters, de arranjos produtivos, de redes de

empresas e, mais recentemente, o de empreendedorismo coletivo.

Uma síntese inicial de tais características poderia ser resumida no caráter localizado de suas atividades produtivas, no elevado número de participantes e na diversidade das experiências e capacidades desenvolvidas, na centralidade da pequena dimensão das plantas produtivas, na exacerbada troca de informações internamente ao grande grupo e na intensa cooperação entre os participantes (SCHMITZ; NADVI, 1999). Tais características atuando em conjunto sobre cada indivíduo conformaria uma atmosfera de relacionamento, tão intensa e produtiva, que nos permitiria afirmar que nestes espaços territoriais, muito certamente, ocorreria uma transformação do homem pela evolução de suas capacidades humanas, ou seja, através de suas capacidades humanas, o homem modificaria seu espaço e, ao mesmo tempo modificar-se-ia.

Uma observação relevante a ser ressaltada é que o mundo dos anos 1970 e 1980, quando uma parcela destes conceitos surgiu, não é o mundo em que vivemos na atualidade. Várias contribuições foram inseridas nos conceitos iniciais, sobretudo nas ideias de sistemas industriais localizados e de distritos industriais, dando origem aos novos conceitos que salientados inicialmente. Todavia, não é difícil concluir que as principais características permanecem e outras inovações conceituais introduziram melhoramentos significativos sobre outros.

A própria globalização e o surgimento de uma sociedade cada vez mais conectada, fez com que a interação entre indivíduos, empresas e outras organizações fosse ampliada e despertasse o interesse dos pesquisadores para o desenvolvimento de estudos sobre estes temas, dando-se como exemplo as redes de organizações empresariais.

Apesar do elevado desafio de tentar realizar uma síntese teórica de contribuições de autores de vertentes, certamente, diferentes, o objetivo deste ensaio é compreender cada um destes conceitos e relacioná-los. Segue-se no segundo item uma caracterização dos arranjos produtivos locais, ao mesmo tempo, acompanhada de alguns dados que revelem a sua importância no caso brasileiro. O terceiro item concentra-se no conceito de empreendedorismo coletivo, para que em seguida seja apresentado o quarto item, que estabelece a conclusão do ensaio.

2 | ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A partir de um determinado estágio da internacionalização das economias nacionais – processo em que ocorre a disseminação das atividades econômicas para além das fronteiras de determinada economia nacional – em outros termos, internacionalização do capital, emergiu o conceito de globalização, ao mesmo tempo

em que surgia uma sociedade cada vez mais conectada. Desta forma, a globalização passa a ser um fenômeno cujo desenvolvimento conceitual é muito mais recente do que seu antecessor ‘internacionalização’. Neste sentido, para autores como Porter (1990) ela se referiria a vantagens competitivas de algumas nações originárias muito mais de especificidades nacionais, logo um movimento regionalizado, do que de uma integração entre atividades espalhadas mundialmente.

Mais recentemente, estas interações foram assumidas como formadoras de redes ou conjunto de atores que poderiam ser entendidas como “grupo de atores conectados por uma série de laços”. (BORGATTI; FOSTER, 2003, p. 992, tradução nossa). As redes, de acordo com Britto (2002), são arranjos interorganizacionais baseados em vínculos sistemáticos, sobremaneira de caráter cooperativo, entre empresas formalmente independentes cujo produto final é uma forma particular de coordenação das atividades econômicas. Além disso, caracterizam-se “pela existência de uma autonomia relativa em relação às forças externas, bem como a presença de certo grau de auto-organização e de uma capacidade endógena de transformação, que lhes confere um caráter essencialmente dinâmico.” (BRITTO, 2002, p. 214).

Durante os anos 80 e 90 surgiram alguns exemplos relevantes que levaram autores como Porter (1999) a associarem os distritos industriais às aglomerações empresariais das regiões do Vale do Silício, dos subúrbios da cidade italiana de Turim e de Bangalore, na Índia. Desta forma, se considerarmos que a base de uma rede de empresas é a interação, torna-se possível sugerir que tal forma de coordenação pode evoluir e dar origem a um *cluster*, porém não se pode deixar de ressaltar que em tais aglomerações o ponto central é sua espacialidade. As demais características não aparecem explicitamente na definição dada por Porter (1999), de que *cluster* é um “agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área vinculada por elementos comuns e complementares”. (PORTER, 1999, p.211)

No Brasil generalizou-se o uso do termo Arranjo Produtivo Local (APL), para se referir às características particulares que os diferem daquelas que constituem os tradicionais *clusters*. Os Arranjos Produtivos Locais seriam concentrações de empresa e empreendimentos em uma mesma área territorial, neste caso podendo envolver uma ou várias localidades, que além de apresentarem especialização produtiva e algum tipo de coordenação, mantêm vínculos de cooperação, articulação, aprendizagem e interação tanto entre si como com outros atores locais.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), os Arranjos Produtivos Locais são:

“aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo

território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa” (MDIC, 2018).

Desta forma, quando se fala em Arranjo Produtivo local, entende-se que há um agrupamento de empresas que têm suas ações voltadas a uma atividade produtiva principal. Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014), acrescentam que o fato de os agentes estarem geograficamente próximos facilita o acesso a matérias-primas, mão de obra, equipamentos, entre outros. Por outro lado, tendo como ênfase a dinâmica desenvolvimentista, Sachs (2003) acrescenta outra especificidade destes arranjos, diferindo os APLs dos clusters pelo fato de reunirem micro e pequenas empresas e estimularem o incremento da endogenia nas práticas de desenvolvimento integrado.

Ressaltando as principais peculiaridades de um APL, Cassiolato, Lastres e Szapiro (2000, p. 992) apontam sua dimensão territorial, já que seus atores estão localizados e interagem em uma determinada área; a diversidade dos atores envolvidos, como empresários, sindicatos, governo, instituições de ensino, instituições de pesquisa e desenvolvimento em ONGs, instituições financeiras e de apoio; e o conhecimento tácito, ou seja, aquele adquirido e transmitido através da interação entre os atores, das inovações e aprendizados que surgem a partir dessas interações, e da governança, que pode ser exercida tanto por empresários como por sindicatos ou associações.

No artigo de 2004, os autores explicam que os APLs desempenham importante papel no desenvolvimento, além de apresentarem um grande potencial ainda não explorado. Desta forma, poderiam “desenvolver fortemente a competitividade das empresas brasileiras, principalmente naqueles setores em que o conhecimento tácito, a imagem regional ou a presença de pequenas e médias empresas é fator importante.” (CASSIOLATO; SZAPIRO; LASTRES, 2004, p. 35).

Uma questão crucial, principalmente se considerarmos as dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas, é a necessidade de recursos financeiros. São raras as instituições financeiras que dispõem de produtos voltados para os pequenos negócios, sendo uma delas o Banco Nacional do Desenvolvimento, BNDES, que oferece uma linha de microcrédito específica para “pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, ou seja, aquelas que obtenham receita bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil em cada ano-calendário”.

Como as novas empresas precisam buscar meios de concorrer e sobreviver em um mercado cada vez mais competitivo, os APLs podem ser fundamentais como mecanismos construtores de projetos estratégicos que envolvam inovações organizacionais empreendedoras. Em tais organizações a conjunção de pessoas,

ideias e processos em um mesmo local, mesmo que pertencentes a diversas organizações, mas que desenvolvam trabalhos conjuntos pode gerar a transformação de ideias em oportunidades. Nas palavras de Dornelas (2008), “o empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso”. (p.22)

De acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC (2018), a partir do último recenseamento, em 2015, existe uma grande diversidade de setores produtivos no Brasil estruturados em APL, mais precisamente 59 setores, abrangendo, aproximadamente, 40% dos municípios brasileiros. Ao todo são 677 APLs reconhecidos pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), estando mais da metade deles entre as regiões nordeste e sudeste. Além disso, são 3.051.244 empregos gerados no APL, ponto em que a região sudeste ganha expressivo destaque. Abaixo, segue a tabela com a síntese dos dados (tabela 1):

REGIÃO	APLS RECONHECIDOS	EMPREGOS DIRETOS GERADOS	EMPRESAS PERTENCENTES À APLs
Centro-oeste	91 (14%)	536.356 (15%)	79.848 (27%)
Nordeste	210 (31%)	678.294 (19%)	41.373 (14%)
Norte	123 (18%)	409.764 (11%)	48.309 (17%)
Sudeste	170 (25%)	1.345.686 (37%)	85.305 (29%)
Sul	83 (12%)	661.420 (18%)	36.663 (13%)
TOTAL	677	3.631.520	291.498

Tabela 1: Síntese dos dados sobre APLs no Brasil

Fonte: Adaptado de MDIC (2018)

A partir da tabela pode-se perceber que no Brasil muitas empresas adotam a estrutura de um APL e isso implica no desfrute de seus benefícios, como cooperação, fluxo de conhecimento, desenvolvimento local, aumento da competitividade, ampliação do número de empregos, entre outros.

De acordo com Monteiro, Regis e Melo (2010), as relações sociais existentes em APL permitem a coordenação e o envolvimento dos agentes em ações cooperativas que levem a um desempenho econômico superior. Ademais, entendem que o sucesso de um APL se relaciona:

“a uma série de fatores que conectam as empresas umas às outras, aliada à flexibilidade e habilidade para atender a demanda. O relacionamento estabelecido entre as pessoas nessas ligações estimula a competitividade das empresas, a aprendizagem e auxiliam no acúmulo do capital social. Os compromissos sociais estabelecidos nessas interações sociais e que se manifestam nas redes de transação podem propiciar a disseminação de ações voltadas para a obtenção de uma eficiência coletiva” (MONTEIRO, REGIS E MELO, 2010, p.50).

Em relação a essa eficiência coletiva, Pessoa Neto et. al (2013) entendem que as ações coletivas provenientes das relações entre as empresas pertencentes a um APL permitem grande potencial de aprendizagem. Como consequência estimulam uma busca contínua para a evolução dos seus processos, a fim de aumentar a capacidade produtiva e inovativa, o que traz impactos socioeconômicos nas comunidades em que estão inseridas.

3 | EMPREENDEDORISMO COLETIVO

É possível encontrar uma afirmação em Schumpeter (1934) que retrata o empreendedor como alguém que ‘destrói a ordem econômica existente a partir da introdução de novos produtos e serviços’, um agente criador de novas formas de organização ou exploração de novos recursos materiais. Entende-se que esta afirmação remete à visão do empresário ‘empreendedor’ como um ator “revolucionário” cuja arma básica é a inovatividade. Isto significa ser ele alguém possuidor de um *“animal spirit”* no sentido proposto por Keynes (1936).

Um agente voltado para a competição e sua consequência: o risco, ou seja, não ter medo de enfrentar a transformação que deve introduzir – um negócio que deverá apresentar-se como único, isto é, singular, algo que deve ser um diferencial dentro do contexto competitivo vigente.

No entanto, em alguns negócios e em certos territórios, as características do ambiente, das atividades ali desenvolvidas e de seus empresários não admitem a ação individual, por exigirem várias especialidades dos agentes empreendedores, sobretudo estarem voltados tanto para o desenvolvimento do espaço territorial, como estarem dispostos em consenso e à ação em conjunto.

As razões para esta necessidade comportam um grande leque de justificativas que atingem desde as atividades constituídas por muitas fases, ou muitos processos externos, até aquelas relacionadas à incapacidade individual para atingir a diversidade das necessidades dos consumidores, passando, principalmente, pela incapacidade financeira do empreendedor individual, sobretudo no caso dos pequenos negócios.

Todos estes aspectos indicam o ‘empreendimento coletivo’ como uma ação em que aqueles que dele fazem parte obtêm um retorno positivo. Desta forma, tal empreendimento está relacionado a alguém dotado de capacidade criativa, organizacional e inovadora, como presente no pensamento de Schumpeter; e como um agente apropriado a situações que associam pequenos produtores, geralmente familiares e localizados em uma mesma região, que pode incluir várias municipalidades, e cujo objetivo vai além do atendimento às demandas dos

consumidores, mas procura atingir o desenvolvimento econômico permanente de determinado espaço.

A literatura sobre empreendedorismo está centrada essencialmente no conceito de oportunidade. Neste sentido, e de acordo com Dornelas (2008), o empreendedorismo pode ser entendido como o envolvimento de pessoas e processos que, juntos, transformam ideias em oportunidades e que, quando perfeitamente implementadas, permitem a criação de negócios de sucesso. O empreendedor é aquele que assume riscos e começa algo novo. Já Kizner (1973) entende o empreendedor como aquele que identifica oportunidades, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência.

Apesar de abordarem definições diferentes, percebe-se que ambos percebem o empreendedor como um identificador de oportunidades, de novas formas de negócios, criando um imaginário social que caracteriza o empreendedor como um indivíduo que busca a autonomia pessoal estando sempre atento às diversas oportunidades que se apresentam no ambiente de negócios, principalmente, aquelas mais adequadas à sua base tecnológica e à sua área de comercialização.

Todos estes argumentos nos levam a pensar em um ator social cujo poder para ações coletivas, entendidas como conjunção de vários atores em torno de um trabalho cuja direção e o objetivo também são comuns, quando tais ações são realizadas em cooperação. Portanto, e acompanhando Roberts (1986), a resultante da ação conjunta gera um poder que emerge da ‘coesão’, da escolha e da cooperação, mas nunca da manipulação ou do controle.

Embasados nestes argumentos sobre o poder das ações coletivas, o empreendedorismo coletivo pode ser entendido, de acordo com Cook e Plunkett (2006, p.426-427), como um processo de projetar - alinhar incentivos entre os tomadores de decisão, reclamantes residuais e direitos de propriedade; de financiar - a formação de estimativas de eventos futuros em situações em que não há acordo sobre a probabilidade de sucesso ou perda, em outras palavras, formação de expectativas quanto ao futuro do qual nada conhecemos e podemos dizer (Keynes, 1936); e de incorporar - reconhecimento de que cada membro tem alguma riqueza pessoal em risco.

Cook e Burrell (2009), após examinarem os artigos que abordavam explicitamente o termo “empreendedorismo coletivo” entre os anos de 1964 e 2008, constataram que o uso do termo ocorre de formas distintas e de acordo com o enfoque do pesquisador. Os autores chegaram a cinco motivações predominantes para pesquisas sobre o tema e definiram cinco categorias gerais: (1) avanços teóricos, (2) eficiência intraorganizacional, (3) ganhos interorganizacionais, (4) crescimento econômico e desenvolvimento e (5) mudanças sócio-políticas, que foram explicitadas na figura 1.

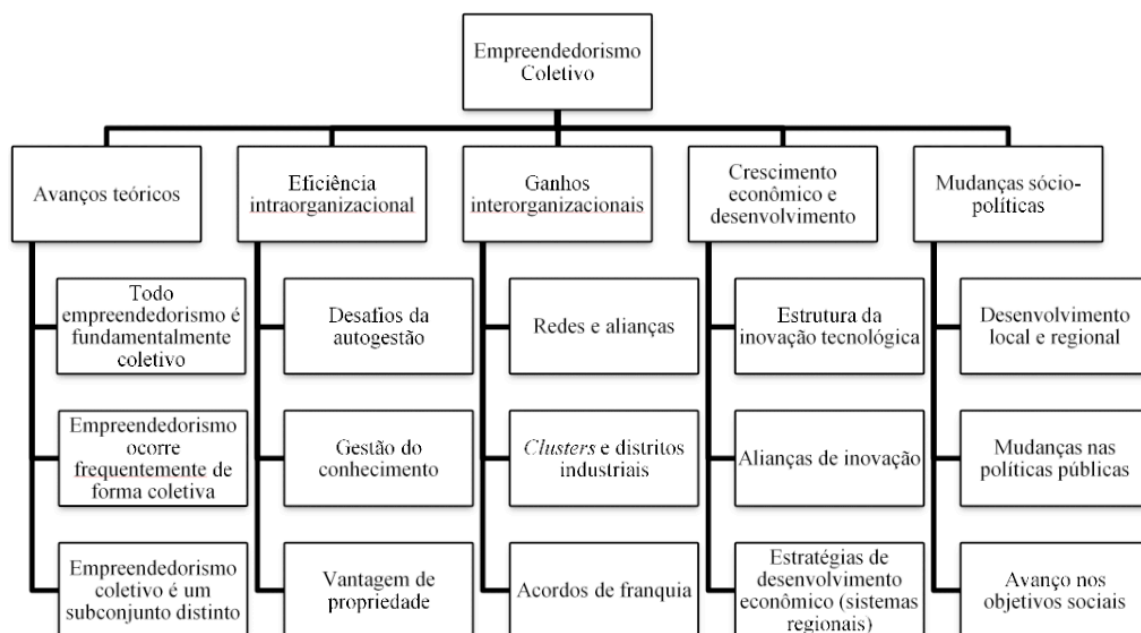


Figura 1: Motivações predominantes para a pesquisa em empreendedorismo coletivo

Fonte: Cook e Burrell (2009, p.5), tradução nossa

Referenciando as ideias da figura proposta pelos autores identificamos na literatura diferentes definições para o empreendedorismo coletivo. De acordo com Tardieu (2003), ele ocorre quando tanto a identificação quanto o desenvolvimento de oportunidade são coletivos e há compartilhamento de conhecimento empreendedor. Trompenaars & Hampden-Turner (2002) entendem que o empreendedorismo coletivo consiste na troca de opiniões, chegando num consenso ao nível gerencial, e assumindo riscos de forma conjunta. Contudo, na visão de Lundvall (2007) o termo é utilizado para designar vários agentes interagindo e trabalhando juntos para introduzir mudanças.

A partir da segmentação dos estudos sobre Empreendedorismo coletivo de acordo com suas motivações, foi possível aos autores sintetizar o foco de cada uma delas, conforme organizado na figura abaixo (quadro 1):

Avanços teóricos	Como o estudo das dimensões coletivas pode aprimorar o empreendedorismo enquanto teoria
Eficiência intraorganizacional	Mecanismos de gestão e propriedade que aumentam a eficiência da empresa e sua rentabilidade
Ganhos interorganizacionais	Como a coordenação pode melhorar o desempenho por meio de retornos de colaboração e externalidades positivas
Crescimento econômico e desenvolvimento	Noção de que os processos interativos e coletivos podem melhorar a inovação, comercialização e desenvolvimento de negócios
Mudanças sócio-políticas	Atividades empreendedoras que integram objetivos econômicos, culturais, sociais e políticos

Quadro 1 – síntese dos distintos usos do termo “empreendedorismo coletivo”

Fonte: Cook e Burrell (2009, p.24), tradução nossa.

Vale destacar que quanto aos ganhos interorganizacionais, a literatura enfatiza a coordenação empresarial, como forma de obter maiores rendimentos, utilizando mecanismos como redes e alianças, *clusters* e distritos industriais e acordos de franquia. Sendo assim, de acordo com Delgado et al. (2010), a presença do argumento territorial e local associado as empresas irá promover o empreendimento por meio da redução dos custos de se começar um novo negócio, pelo aumento das oportunidades de inovações e possibilidade de um melhor acesso à maior variedade de insumos e produtos complementares.

Além disso, em relação ao crescimento e desenvolvimento econômicos, entende-se que tais processos coletivos podem impactar a inovação, a comercialização e o desenvolvimento de negócios locais, a partir de inovação tecnológica e de alianças e sistemas regionais de inovação. As atividades empreendedoras coletivas, segundo Cook e Burrell (2009), são frequentemente categorizadas de acordo com a combinação específica dos atores envolvidos, a formação de suas alianças, sejam elas individuais, empresariais, por instituições governamentais, entre outras.

Vale ainda ressaltar que segundo Pessoa Neto et al. (2013), tanto as aglomerações produtivas, como os distritos industriais, são instituições que podem ser consideradas a materialização de empreendedorismo coletivo, pode-se dizer também que nos Arranjos Produtivos Locais existe um alto grau de interação e independência, principalmente se comparado ao intraempreendedorismo e formação de cooperativas, por exemplo, conforme figura 2.

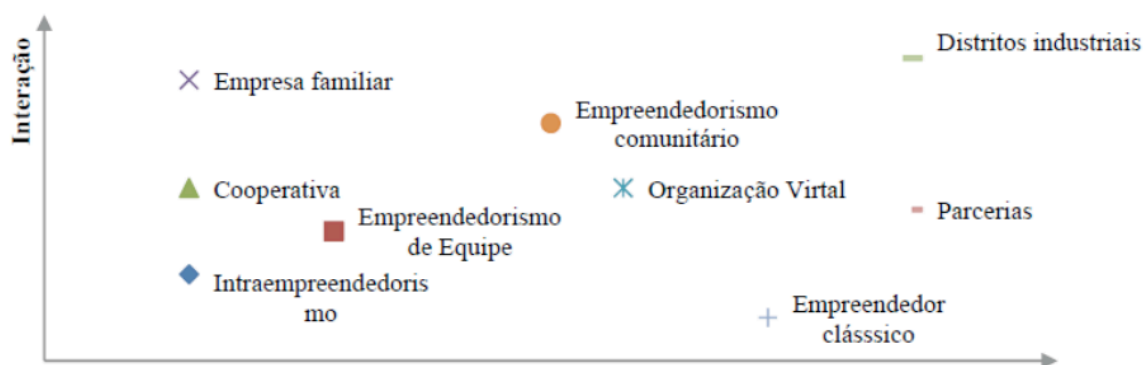


Figura 2 – Suporte Para Auto-Organização, Balanceando Independência E Integração

Fonte: Pessoa Neto, et al. (2013, p.4), adaptado de Johannisson (1998, p. 30)

Por fim, pode-se dizer que os APLs são entendidos como manifestações do empreendedorismo coletivo, em primeiro lugar, por serem aglomerações produtivas, da mesma forma que os distritos industriais e os clusters e, em segundo lugar, porque nos referidos sistemas em que, mesmo existindo competição entre os empreendedores, são apresentadas ações conjuntas, direcionadas para debelar problemas comuns e para a identificação e a concretização de oportunidades que demandam atuação coletiva. (SACHS, 2003).

Constatando-se que o termo empreendedorismo coletivo é utilizado a partir de diferentes abordagens na literatura, é importante que se faça uma análise daquelas em que o termo melhor se relaciona com a teoria acerca dos Arranjos Produtivos Locais. Desta forma, sugere-se uma sistematização, conforme figura 3.

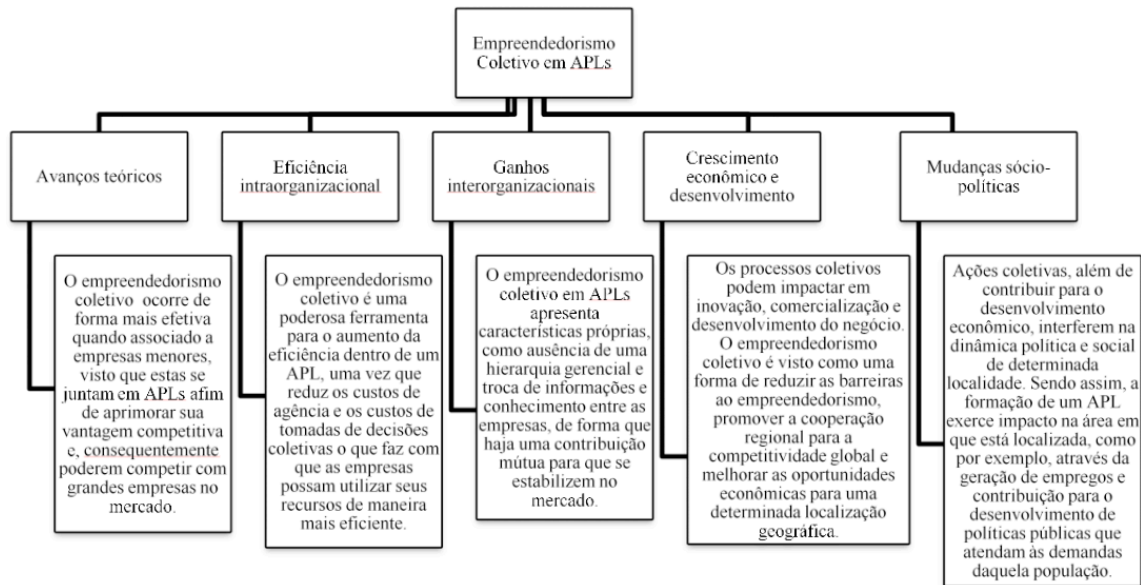


Figura 3 –relação entre empreendedorismo coletivo e APLs

Fonte: Do autor

O desenvolvimento desta sistematização contribui na compreensão do fato de a literatura sobre empreendedorismo coletivo ser abordada por diferentes pontos de vista, sobremaneira quando relacionada ao Arranjo Produtivo Local, uma forma de aglomeração que demanda cooperação entre as empresas para ganho de escala e ampliação da competitividade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que os Arranjos Produtivos Locais podem ser entendidos como aglomerações de empreendimentos em uma mesma localidade e que mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, pode-se depreender que o empreendedorismo coletivo possui uma relação direta com tais aglomerações.

A globalização e a ascensão de uma sociedade cada vez mais conectada amplia o grau de interação entre os indivíduos, empresas ou outras organizações, de forma que a cooperação e o senso de coletividade estejam cada vez mais presentes.

Existe um crescente consenso de que os aglomerados ajudam as pequenas empresas a superar restrições de crescimento e aumentar a competitividade. A estruturação de empresas no formato de rede é especialmente importante para

pequenas e médias empresas, uma vez que estas não possuem seus próprios recursos para competirem efetivamente com outras empresas.

O fato de estarem próximas fisicamente não só facilita a ocorrência do empreendedorismo coletivo, como garante às empresas alguns benefícios, como custos de transporte reduzidos e acesso a outros atores da região. Além disso, essa proximidade pode estimular o fluxo de conhecimento e informações e aumentar a colaboração.

A dinâmica de cooperação nos APLs, propiciada pelas ações empreendedoras coletivas, permite que empresas alcancem sinergias que dificilmente seriam possíveis de ocorrer se trabalhassem isoladamente. Mesmo os APLs sendo formados por empresas de maior similaridade e concorrência, estas unem-se em busca do bem comum, cooperando em metas que tragam ganhos mútuos e tendo como provável consequência o aumento da produtividade das empresas sediadas na região e estímulo da formação de novos negócios para fortalecimento do arranjo.

REFERÊNCIAS

BRITTO, J. **Cooperação interindustrial e redes de empresas**. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Orgs.). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 640 p.

BORGATTI, S. P.; FOSTER, P. **The network paradigm in organizational research: a review and typology**. *Journal of Management*, v.6, n.29, p. 991-1013, 2003.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, E. R. Q. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília : Sebrae, 2014.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES H. M. M.; SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. NT 27 – Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Rio de Janeiro, 2000.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; LASTRES, H. M. M. **Caracterização e taxonomias de arranjos e sistemas produtivo locais de micro e pequenas empresas**. In: *Relatório de atividades do referencial conceitual, metodológico, analítico e propositivo - RedeSist*. Rio de Janeiro: UFRJ/ SEBRAE, 2004.

COOK, M. L.; BURRESS, M. J. **A Primer On Collective Entrepreneurship: A Preliminary Taxonomy**. *Agricultural Economics, Department of Agricultural Economics Working Paper*, 33p., 2009.

COOK, M. L.; PLUNKETT, B. **Collective Entrepreneurship: An Emerging Phenomenon in Producer-Owned Organizations**. *Journal of Agricultural and Applied Economics*, v.38, n.2, p.421-428, 2006

DELGADO, M.; PORTER, M. E.; STERN, S. **Clusters and Entrepreneurship**. *Journal of Economic Geography*, v. 10, p. 495–518, 2010.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2008, 244 p.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest, and Money**. Londres: Macmillan,

1936.

KIRZNER, I. M. **Perception, opportunity, and profit: studies in the theory of entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

LUNDVALL, B. A. **Higher Education, Innovation and Economic Development**. Paper presented at the World Bank's Regional Bank Conference on Development Economics, Beijing, January 16-17, 40p., 2007.

MDIC. *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*. **APL**. Atualizado em 18 jan 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais>. Acesso em: 29 jan 2018.

MONTEIRO, M.; REGIS, H.; MELO, P. de. **Redes sociais: o caso dos confeccionistas do APL de Santa Cruz do Capibaribe – Pe**. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 15, n. 4, p. 49-65, 2010.

PERROW, C.; FISH, A; SYDOW, J. **Interorganizational Networks at the Network Level: A Review of the Empirical on Whole Networks**. *Journal of Management*, v.33, n.3, p. 479-516, 2007.

PESSOA NETO, W. A.; MATOS, F. R. N; MACHADO, D. Q; BUGARIM, M. C. C.; SENA, A. M. C. **Empreendedorismo Coletivo e Aprendizagem: um Estudo no Arranjo Produtivo Local Arte Cerâmica Vermelha de Teresina, Piauí**. EnANPAD, 2013.

PORTER, M. **Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governo e instituições**. In: PORTER, M. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ROBERTS, N. C. **Organizational Power Styles: Collective and competitive power under varying organizational conditions**. *The Journal of Applied Behavioral Science*, v. 22, n.4, p.443 – 458, 1986

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamont. 2003.

SCHMITZ, H., NADVI, K. **Clustering and Industrialization: Introduction**. *World Development*, v. 27, n. 9, 1999, p.1503-1514.

SHUMPETER, J. A. **The Theory of Economic Development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle**. Transaction Publishers, 255p., 1934.

TARDIEU, L. **Knowledge and the Maintenance of Entrepreneurial Capability: Center for Economic Analysis**, Université d'Aix-Marseille, 2003.

TROMPENAARS, F.; HAMPDEN-TURNER, C. **21 Leaders for the 21st Century: How Innovation Leaders Manage in the Digital Age**. New York: McGraw-Hill, 2002.

WHITAKER, J. K. **The Early Economic Writings of Alfred Marshall, 1867 – 1980**. Londres: Mac Millan for The Royal Economic Society, v.II, 296p., 1975.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arranjo produtivo local 187, 190, 197, 198, 199, 215, 218, 226, 227, 324

Autogestão 45, 46, 48, 49, 56, 63, 324

C

Controle de produção 73, 74, 79, 324

Cooperação 85, 109, 118, 120, 127, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 197, 198, 208, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 226, 236, 245, 247, 324

Cooperativas 45, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 63, 192, 196, 220, 224, 324

D

Data envelopment analysis 1, 2, 5, 17, 19, 20, 324

Determinantes 110, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 134, 139, 141, 144, 146, 154, 156, 157, 158, 214, 237, 306, 324

Disclosure 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 290, 296, 324

E

Ecosistemas de inovação 159, 324

Educação 52, 80, 81, 82, 83, 84, 93, 102, 103, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 157, 166, 185, 200, 202, 229, 230, 231, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 320, 322, 324

Electricity power distribution 1, 324

Empreendedorismo 159, 161, 166, 185, 186, 187, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 215, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 250, 251, 262, 266, 324, 325

Empreendedorismo coletivo 187, 189, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 215, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 324

Empresa junior 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 210, 212, 213, 214, 324, 325

Ensaio teórico 187, 215, 324

Estratégia 22, 30, 61, 62, 63, 94, 177, 178, 250, 252, 253, 259, 264, 265, 266, 288, 324

G

Gestão ambiental 32, 324

Gestão organizacional 57, 72, 200, 306, 324

H

Holt winters 73, 74, 324

I

Incentive regulation 1, 2, 19, 324

Instituições 45, 47, 50, 51, 52, 59, 80, 81, 85, 86, 94, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 184, 185, 190, 191, 196, 199, 200, 201, 202, 212, 218, 219, 224, 227, 324

Investimento 47, 60, 61, 102, 103, 105, 109, 115, 116, 117, 118, 119, 130, 131, 132, 133, 135, 140, 182, 229, 230, 232, 236, 242, 243, 244, 245, 246, 276, 291, 324

L

Logística reversa 32, 33, 43, 44, 324

M

Meio ambiente 22, 25, 26, 27, 28, 35, 43, 144, 146, 148, 152, 157, 254, 325

Mercado agroindustrial 73, 325

Micro empreendedorismo 250, 251, 262, 266, 325

Movimento empresa junior 200, 201, 202, 210, 212, 325

N

Nível 38, 48, 59, 61, 66, 67, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 93, 107, 108, 109, 124, 127, 132, 139, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 170, 171, 176, 182, 195, 205, 206, 207, 208, 223, 234, 235, 236, 259, 270, 274, 284, 287, 295, 296, 325

O

Orçamento público 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 121, 122, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 248, 249, 325

Organização 25, 27, 29, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 58, 61, 63, 67, 72, 80, 82, 83, 87, 88, 93, 94, 105, 109, 118, 120, 124, 139, 146, 159, 160, 161, 164, 188, 190, 193, 196, 200, 207, 216, 218, 221, 225, 232, 236, 245, 247, 252, 253, 255, 256, 265, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 294, 297, 300, 325

P

Planejamento 58, 63, 67, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 104, 105, 106, 107, 121, 122, 207, 214, 231, 232, 233, 234, 248, 249, 252, 253, 256, 265, 268, 271, 272, 273, 274, 285, 288, 311, 321, 325

Planejamento estratégico 73, 78, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 273, 288, 325

Políticas públicas 45, 47, 48, 49, 54, 56, 59, 60, 63, 105, 109, 110, 122, 232, 236, 237, 249, 325

Programas de pós-graduação 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 94, 325

R

Reuso 32, 33, 35, 325

Revisão narrativa 21, 22, 23, 31, 325

S

Saúde 24, 37, 39, 40, 41, 66, 74, 93, 102, 103, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 166, 174, 213, 229, 230, 231, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 325

Sazonalidade 66, 73, 75, 76, 78, 325

Serviço 66, 67, 79, 98, 125, 126, 127, 140, 164, 165, 166, 170, 177, 179, 185, 215, 253, 254, 255, 256, 263, 266, 277, 286, 325

Sistema de avaliação 81, 84, 85, 87, 325

Startup 98, 100, 159, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 184, 185, 186, 325

Sururu valley 159, 160, 161, 163, 183, 185, 325

Sustentabilidade 21, 22, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 39, 43, 44, 51, 127, 144, 149, 157, 158, 325

T

Tecnologia da informação 21, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 111, 160, 163, 183, 238, 325

Teoria da divulgação 144, 147, 155, 156, 325

Teoria institucional 45, 49, 50, 51, 63, 325

Ti verde 31, 325

Turismo de convenções 123, 128, 325

Turismo de negócios 123, 124, 128, 130, 131, 132, 138, 139, 140, 325

Turismo de reuniões 123, 325

U

Usuário 66, 274, 292, 299, 304

V

Valor agregado 32, 43, 161

Vendas 74, 76, 77, 79, 144, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 275, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 302

Vendedores informais 250, 252, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 266

 **Atena**
Editora

2 0 2 0